

COSTA, Julie Hanna de Souza Cruz; SILVA, Marcos de Araújo. “Matrizes da violência e do sofrimento na formação social do Brasil contemporâneo: uma revisitação crítica da obra *O Povo Brasileiro* de Darcy Ribeiro”. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 15, n. 43, p. 63-76, abril de 2015. ISSN: 1676-8965.

ARTIGO

<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>

Matrizes da violência e do sofrimento na formação social do
Brasil contemporâneo
Uma revisitação crítica da obra *O Povo Brasileiro* de Darcy Ribeiro

Matrixes of Violence and suffering in the social formation of contemporary Brazil: a critical revisiting of the work of Darcy Ribeiro's *The Brazilian People*

*Julie Hanna de Souza Cruz e Costa
Marcos de Araújo Silva*

Recebido em: 28.12.2015

Aceito em: 30.01.2016

Resumo: Este artigo procura investigar as algumas matrizes sócio-históricas da violência e do sofrimento na formação social do Brasil no intuito de analisar os limites e as possibilidades que a clássica obra “O Povo brasileiro” de Darcy Ribeiro pode oferecer para compreender a conjuntura de violência que padece a sociedade brasileira desde os tempos coloniais até a contemporaneidade. Além de evidenciarmos as pertinências, as descontinuidades e as fragilidades da teoria ribeiriana, acrescentamos um pouco do aparato teórico das teorias pós-coloniais latino-americanas no intuito de vislumbrar em que medidas os subsídios epistemológicos oferecidos por Ribeiro nesta sua clássica obra podem ser concatenados às preocupações reflexivas de teóricos como Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Ramón Grosfoguel. Por fim, o artigo oferece algumas perspectivas analíticas sobre como a revisitação desta obra clássica das ciências sociais brasileiras (assim como de outras) pode ser profícua, desde que seu “resgate” seja circunscrito por uma hermenêutica que considere tanto aspectos sincrônicos quanto diacrônicos, assim como por reflexividades críticas. **Palavras-chave:** violência, sofrimento, Darcy Ribeiro, pós-colonialidade

Primeiras Palavras

Nestes tempos de contínua transformação, novas reflexões e questionamentos sobre a realidade nacional, ou as tantas realidades nacionais, são instigados (Velo & Tavolaro, 2011); neles somos levados continuamente a (re)pensar os caminhos e descaminhos da sociedade da qual fazemos parte, assim como seus rumos, tanto os possí-

veis, quanto os desejados. Comum em tal processo é, sobretudo entre cientistas sociais, o resgate de pensadores e obras clássicas¹, os quais cederam soluções

¹Segundo Jeffrey Alexander (1999, p. 24), por *clássico* entende-se o resultado “do primitivo esforço da exploração humana que goza de *status* privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo. O conceito de *status* privilegiado significa que os modernos cultores da disciplina em questão acreditam

para questões de nosso tempo (*ibidem*; Bastos, 2002). Esses pensadores e suas obras são, segundo Veloso e Tabolaro (2011, p. 2), “uma base de apoio segura e verdadeiramente repleta de insights”; são fonte de “recursos e ferramentas imprescindíveis às tentativas de deslindar os velhos e novos dilemas”.

No Brasil, Darcy Ribeiro fora um desses pensadores relevantes², este, como os demais de seu tempo – dentre eles Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior –, envolvido no projeto de construção de uma nação autônoma (Peirano, 1992 *apud* Miglievich, 2011), assim como naquele de construção de grandes ensaios interpretativos sobre o país (Martins, 2006). Sérgio Buarque de Holanda escreveu sobre as *Raízes do Brasil* (2001) e propôs uma identificação dos alicerces do que éramos e somos através da figura do *homem cordial*. Caio Prado Junior, por sua vez, escrevera a *Formação do Brasil Contemporâneo* (1999), síntese do nosso passado colonial e do que, deste passado, marcara nosso destino até então, sobre-

poder aprender tanto com o estudo dessa obra antiga quanto com o estudo da obra de seus contemporâneos [...]; essa deferência se faz sem prévia demonstração”.

²Segundo Miglievich (2011), Darcy teria um “indiscutível estatuto nos círculos universitários latino-americanos. No Brasil, contudo, seu reconhecimento ainda seria superficial e dotado de preconceitos. Helena Bomeny (2001, p. 25 *apud* Miglievich, 2011, p. 29) discorrera sobre as dificuldades da inclusão do nome de Darcy “como intérprete do Brasil no compêndio do pensamento social brasileiro”. Segundo a autora, “eleger Darcy Ribeiro fonte de interesse e investigação acadêmica é um desafio. Se há um razoável consenso a respeito de Darcy é a dificuldade de tratar esta figura intelectual e pública sem controlar passo a passo as muitas impressões apaixonadas, nada imparciais, que sempre provocou quer de seus fiéis admiradores, quer dos que sobre ele mantinham as maiores restrições”. De acordo com a autora, isso gerara um ofuscamento de sua produção intelectual. Para mais elementos deste debate, ver Bomeny (2001), *Darcy Ribeiro: Sociologia de um indisciplinado*.

tudo no que tange à ordem econômica mundial. No contexto das transformações sociais e políticas do séc. XX no qual Darcy e seus contemporâneos atuaram, era uma intenção central de parte das elites intelectuais brasileiras desvendar o que éramos e para aonde iríamos (Martins, 2006).

Antropólogo formado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Darcy Ribeiro empreitou, ao longo de sua vida, dentre outros aspectos, como colocara Miglievich (2011c, p. 28), “elaborar uma teoria sobre o humano e sobre as variantes do humano e melhorar o discurso dos homens sobre os homens”. No que tangeria especificamente à sua última obra intitulada *O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil* (1995), por sua vez, – obra esta que encerra o ciclo de trinta anos de reflexão do autor, assim como sua série de seis livros intitulada *Estudos da Antropologia da Civilização* (Miglievich, 2011a, 2011b) – nela Ribeiro buscou uma teoria geral sobre o Brasil, cuja luz nos tornasse explicáveis em nossos próprios termos e que fosse fundada em nossa experiência histórica (Ribeiro, 1995).

Nesta obra, sobre a qual nos debruçaremos no presente ensaio sobre as matrizes da violência e do sofrimento na formação social do Brasil, Ribeiro apresenta, - em oposição ao equilíbrio de antagonismos de Gilberto Freire (2001) proposto em *Casa Grande & Senzala*, - um contínuo de violências em nossa história. Nela, Ribeiro buscou uma leitura bastante particular sobre a formação social do Brasil e seu povo – segundo ele, um novo gênero humano fruto de um “atroz processo de fazimento” (1995, p. 20). Nesse sentido, buscando afastar-se de qualquer essencialismo em sua análise, afirma que foi exatamente a partir da crueldade desse “processo de fazimento” e do aniquilamento das gentes, dialeticamente, que teria ganhado vida o povo brasileiro, do qual a misci-

geração seria o fato inédito (Miglievich, 2011a, 2011b, 2011c).

É nesse horizonte interpretativo de Darcy Ribeiro e tomando como base a obra em questão que buscaremos analisar mais a fundo de que maneira, na perspectiva desse, a violência e o sofrimento³ se colocam enquanto elementos formadores da sociedade brasileira. Para tanto, tomaremos como eixo exploratório, a princípio, duas modalidades de violência e sofrimento que se perpassam a obra: a simbólica e a física. A violência simbólica englobará as formas de opressão cultural e os epistemicídios (Santos, 2008)⁴; a violência física, as formas de opressão do corpo e extermínio. Como bem colocara Pellegrine (2004, p. 16), é “inegável que a violência, por qualquer ângulo que se olhe, surge como constitutiva da cultura brasileira, como um elemento fundante a partir do qual se organiza a própria ordem social”. De acordo com a autora,

³Consideramos *violência*, como o fez Pellegrini (2004, p. 16), o uso da força para causar dano físico ou psicológico a outra pessoa. Já a noção de sofrimento, entendemos a partir das contribuições de Arthur Kleinman e Joan Kleinman (1997), segundo as quais, trata-se do conjunto de experiências humanas advindas das forças sociais e coercitivas em geral, especialmente a grande variedade de fenômenos tais como injustiças, violências físicas e simbólicas, intolerâncias e desigualdades que algumas esferas políticas, econômicas e institucionais infligem sobre determinados indivíduos e grupos sociais. Para estes autores, o sofrimento social está diretamente associado às relações de poder (ou melhor, aos fatores socioeconômicos, raciais, morais e religiosos que circunscrevem as relações sociais) e a dimensões como o gênero e o pertencimento étnico, que vulnerabilizam ainda mais indivíduos que integram sociedades marcadas pelo racismo, pelo machismo e pelas desigualdades sociais.

⁴Segundo Boaventura de Sousa Santos (2008), a noção de epistemicídio remete aos processos de eliminação ou inferiorização de diversas formas de conhecimento em favor de outras, consideradas mais adequadas ou convenientes no marco de uma dada conjuntura política ou estratégia de poder e dominação.

nesse sentido, a história do Brasil⁵ é permeada por distintos matizes da violência, da qual a obra de Ribeiro nos ajuda a tirar os véus.

Em seguida, buscaremos, com base no panorama nacional atual, refletir sobre eventuais permanências e alterações nos padrões violentos e de sofrimento identificados, no caso, sua formação e suas atuais e mais proeminentes configurações. Nessa direção, aqui a noção de *formação* extrapola o puro ato passado de formar, de dar forma, sugerido pelo resgate das reflexões de Ribeiro; ela, em verdade, transbordará no seu significado mais contemporâneo para que pensemos, em um tom ensaístico, a própria disposição e ordenamento de aspectos violentos no Brasil atual, esses resultantes de um longo processo, sobre o qual a obra do autor lançará luz. Assim, o retorno a Darcy é também ponto de partida para deslindar alguns aspectos do hoje, possíveis continuidades e descontinuidades históricas. Se esse exercício não é, portanto, apenas um retorno nostálgico a suas ideias, ele é parte do reconhecimento de que, através de suas principais chaves interpretativas, algumas das nossas ansiedades de compreensão adquirem maiores possibilidades de alcançar êxito.

Desumanização, deculturação e dominações

Segundo Darcy Ribeiro, a uniformidade cultural e a unidade nacional – que são, sem dúvida, a grande resultante do processo de formação do povo brasileiro – não devem ocultar as disparidades, contradições e antagonismos que subsistem debaixo delas como fatores dinâmicos da maior importância

⁵Segundo a autora, essa característica de nossa formação história foi e é continuamente transposta em nossas produções literárias. Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver, por exemplo, Pellegrini *No fio da Navalha* (2004) e *As vozes da violência na cultura contemporânea* (2005).

para se pensar o Brasil. Tais uniformidade e unidade, de acordo com ele, resultaram de um processo contínuo e violento de unificação política, posto em marcha mediante a supressão das identidades étnicas discrepantes e da repressão e opressão de toda tendência de cunho “separatista”. Nessa direção, na perspectiva do autor, ao contrário do que alegaria a historiografia oficial sobre o Brasil, nunca faltou aqui, até se excedeu em sua opinião, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental para a construção da história. Em seus termos, seria inclusive possível afirmar que tenhamos vivido, bem dizer, em estado de guerra latente (RIBEIRO, 1995).

No que tangeria a esse processo de formação do povo brasileiro, ele se fez, para Ribeiro, pelo entrelaçamento de seus contingentes indígenas, negros e brancos, tendo sido, com dito, de extrema conflitualidade. Em seus termos, o próprio brasileiro haveria nascido, no processo de distinção de suas matrizes originais, “*hostilizado* e, também, *hostil*”. Diz ele:

O mameluco *rejeita* a mãe índia que lhe deu a luz e *opõe-se* aos irmãos de sangue das Américas, ao mesmo tempo em que é desconhecido por seu pai branco e *bandido* entre os irmãos de ultramar. *Oprimido e opressor*, a contradição constrói a identidade dos brasilíndios. (RIBEIRO, 1995, p.108, grifos nossos).

Nesse longo “processo de faziamento”, a violência primeira posta em marcha concerniu, segundo Ribeiro, a uma verdadeira guerra “biótica”; as “pestes mortais” trazidas pelo colonizador, causadoras de enfermidades desconhecidas pelos índios, mais que as espadas e os arcabuzes, foram as responsáveis principais pelo aniquilamento das populações nativas. Diz o autor que, “embora minúsculo, o grupelho recém-chegado de além-mar era *supergressivo* e capaz de *atuar destrutivamente* de múltiplas formas, principal-

mente como uma infecção mortal sobre a população preexistente, *debilitando-a até a morte*” (p. 30, grifo nosso).

Quando não findado pela atuação fatal das pestes, esse encontro entre populações nativas e colonizadores fora marcado por guerras armadas sem quartéis, sem concessão de vida aos inimigos vencidos; as próprias crônicas coloniais já escancaravam o caráter grotesco dos conflitos, com europeus armados de canhões e indígenas que contavam unicamente com tacapes, zarabatanas, arcos e flechas. Entre a vida e a morte, diz Ribeiro, “os índios de um lado e os colonizadores do outro punham todas as suas energias, armas e astúcias” (p. 49). Cada tribo (que hoje chamaríamos de grupo étnico) pôde, no entanto, ser vencida por esse “inimigo pouco numeroso, mas superiormente organizado, tecnologicamente mais avançado e, em consequência, mais bem armado” (*ibidem*).

Aos poucos nativos que sobram desse processo atroz, muitos deles aprisionados e escravizados, coube, por fim, todo tipo de sofrimento e violência étnica imposta pela transfiguração colonizadora, que pôde “dizimar populações retirando-lhes o desejo de viver” (p. 258). Segundo Ribeiro, povos indígenas se “deixaram morrer por não desejarem a vida que se lhes ofereciam” (*ibidem*). Nesse aspecto, estaria em jogo o *ethos* das populações, que, uma vez quebrado, as dissuade de lutar para sobreviver na medida em que poderiam fazê-lo⁶. Ao resumir todo esse processo, diz o autor:

⁶Apesar dessa afirmação do autor, é importante frisar sua ênfase em resistências, que foram sempre acuadas com as mais duras repressões. Essas resistências configuram inclusive o caráter contínuo e truculento dos processos violentos no processo da nossa transfiguração étnica. Sobre estratégias de resistências, ele cita, por exemplo, as fugas. Cita também Palmares como um caso exemplar, o qual continha também um projeto de sociedade na forma do igualitarismo e da economia solidária.

Conforme se vê, a população original do Brasil foi drasticamente reduzida por um *genocídio* de projeções espantosas, que se deu através da *guerra de extermínio*, do desgaste no trabalho escravo e da virulência das novas enfermidades que os *achacaram*. A ele se seguiu um *etnocídio* igualmente *dizimador*, que atuou através da desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de encontrar um lugar e um papel no mundo dos "brancos" (p. 144, grifo nosso).

Esse princípio violento acionado contra as populações nativas perpassaria, por sua vez, todo o caminhar histórico, encontrando na *empresa escravista* – “fundada na apropriação de seres humanos através da *violência mais crua* e da *coerção permanente*, exercida através dos *castigos mais atrozes*” – uma “*mó desumanizadora e deculturadora* de eficácia incomparável” (p. 118, grifo nosso). Para a estruturação dessa empresa, afirma Ribeiro, assim como os índios que foram dizimados, negros foram chacinados aos milhões, configurando um “*continuado genocídio* e um *etnocídio implacável*” (p. 23, grifo nosso). O escravismo fora possível exatamente, de acordo com o autor, por seu caráter cruento, e aí reside sua racionalidade particular, tão oposta à condição humana que uma vez instituído só se mantém através de uma vigilância perpétua e da violência atroz da punição preventiva. Ribeiro escancarou, sem embaraço e com detalhes, a sanguinolência dessa cruel estrutura:

Segundo Ribeiro, nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Nesse sentido, afirma Ribeiro que “submetido a essa compreensão, qualquer povo é desapropriado de si, *deixando de ser ele próprio*, primeiro, para *ser ninguém* ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha con-

sentida pelo senhor, que é a mais compatível com a preservação dos seus interesses” (p. 118, grifo nosso).

Nesse contexto de opressão cruenta, outro agente poderosíssimo fora a Igreja católica, com seu braço repressivo, o Santo Ofício. Segundo Darcy, “a feia verdade é que conflitos de toda a ordem dilaceraram a história brasileira” (p. 167), sejam eles étnicos, religiosos, raciais, econômicos etc. Sobre esse aspecto, continua o autor: “o mais assinalável é que nunca são conflitos puros. Cada um se pinta com as cores dos outros” (*ibidem*). Seja como for, houvera continuamente o esforço de atribuir alguma dignidade formal a toda brutalidade da conquista, à perversidade da eliminação de tantos povos. Havia, inclusive, aqueles como o jesuíta espanhol José de Anchieta (1534-1597), que, cantando façanhas em milhares de versos servis, dissera que “toda aquela dor era dor necessária para colorir as faces da aurora” (p. 62).

Se essa tendência violenta da transfiguração étnica é um elemento fundamental nas análises de Ribeiro, a mesma reverbera para que o autor pense questões mais atuais. Em verdade, haveria uma continuidade histórica truculenta por partes dos grupos dominantes. Sobre esse aspecto, assinala ele:

Só ela, a classe dirigente, permaneceu igual a si mesma, exercendo sua interminável hegemonia. Senhorios velhos se sucedem em senhorios novos, superhomogêneos e solidários entre si, numa férrea união *superarmada* e a tudo predisposta para manter o povo *gemendo* e produzindo (p. 69, grifo nosso).

Esses grupos dominantes seriam tomados por uma *tolerância opressiva*, daqueles que, segundo Ribeiro, desejam conviver “reinando sobre os corpos e as almas dos cativos, índios e pretos, que só podem conceber como os que deverão ser, amanhã, seus equivalentes, porque toda a diferença lhe é intolerável” (p. 70). De acordo com o autor, tais

grupos dominantes, formados por uma elite de senhores e mandantes civis e militares, estariam montados sobre a “massa de uma *subumanidade oprimida*” (p. 72, grifo nosso).

Outros exemplos de conflitos continuados se multiplicariam ao longo da história brasileira, projetando-se no presente, garantido por aquela “pronta ação repressora de um corpo nacional das forças armadas que se prestava, ontem, ao papel de perseguidor de escravos, como capitães do mato, e se presta, hoje, à função de pau-mandado de uma minoria infecunda contra todos os brasileiros” (p. 175). Esse caráter violento das nossas elites é uma herança, no entanto, difusa, difundida a todos nós. Sobre isso, afirma Ribeiro:

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviciar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária (p. 120).

Percebe-se com esse excerto que Ribeiro, apesar de sua avaliação negativa sobre o passado sobre a qual demos particular ênfase, termina por findar suas reflexões com expectativas positivas sobre o porvir do Brasil. Já nas últimas linhas do livro afirma que “somos povos novos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais bela e desafiante” (p. 454). Segundo ele, estamos nos construindo na luta para florescer como uma nova civilização, mestiça e tropical, inclusive orgulhosa de si mesma. “Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades. Mais generosa, porque aber-

ta à convivência com todas as raças e todas as culturas [...]” (p. 455).

A nação em fragmentos e as desigualdades legitimadas nos tempos atuais

Expostos àqueles que nos pareceram ser os principais pontos trazidos por Darcy Ribeiro no que concerne ao tema aqui em discussão, nos cabe agora refletir sobre a força de suas interpretações diante do desafio de se compreender questões e fenômenos sociais contemporâneos associados à violência e ao sofrimento que marcara já nosso processo de formação. De que maneira a leitura do autor nos auxilia a pensar o hoje? Qual a possibilidade e legitimidade de sua representação? Até que ponto e de que maneira as situações concretas de violência e sofrimentos no Brasil, com suas inúmeras nuances, poderiam ser pensadas através das contribuições do autor?

Um primeiro ponto posto por Ribeiro foi o de que, abaixo das ditas “uniformidade cultural” e “unidade nacional”, resultantes do nosso processo de formação, existiriam disparidades, contradições e antagonismos fundamentais para pensar o Brasil, o que nos parece de grande pertinência. Apesar do apelo histórico e propagandístico de nossos governos à ideia de uma “nação brasileira” – já presente de maneira muito clara, por exemplo, no estadismo getulista –, permanecem entre nós fossos sociais gritantes, isso não apenas no que concerne às contradições de classe, bastante enfatizadas tanto pelo autor como por outros de seus contemporâneos, como Florestan Fernandes (2006). Esses fossos se mantêm também, isso só a título de alusão, nas disparidades que cercam o acesso a cidadania no país, dita de papel no clássico livro *Cidadão de Papel* de Gilberto Dimenstein (2000), e muito bem discutido por autores como José Murilo de Carvalho (2010), o qual aponta para o longo ca-

minho de efetivação plena dos direitos sociais, políticos e civis no Brasil.

Outro aspecto apontado por Darcy Ribeiro foi a histórica opressão e aniquilação étnica e racial posta em marcha na nossa formação; o autor descrevera claramente processos truculentos contra nossas populações nativas e negras. Pensando, nesse sentido, fatos dados nos últimos anos, é possível se perceber permanências gritantes nesse perfil violento da nossa sociedade. No que tangeria apenas à violência letal contra as populações indígenas, o levantamento feito pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), indicou que, desde 2003, mais de 500 índios haviam sido assassinados no país. Somente em 2011 foram 51 casos, o equivalente à morte de um indígena por semana, mortes essas associadas sobretudo, de acordo com o Relatório Anual de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil de 2012, à questão fundiária. Essa questão perpassa, por sua vez, pela dificuldade política de se demarcar as terras indígenas, uma dívida social de cunho histórico, atrasada, dentre outros aspectos, pela ainda gritante influência do latifúndio na organização do país.

Neste ponto, nos parece que as teorias pós-coloniais latino-americanas podem ajudar aos objetivos deste artigo. Sabemos que a partir de diferentes perspectivas, diversos cientistas sociais vêm refletindo sobre os desafios que envolvem encarar epistemologicamente a noção de “decolonialidade” ou “descolonização” na América Latina (Quijano, 2000; Mignolo, 2007; Grosfoguel, 2010)⁷. Buscando re-

pensar os estados de colonialidade que continuam vigentes na América Latina em geral e na sociedade brasileira particularmente, Paulo Henrique Martins (2012, 2011) sugere analisar as problemáticas coloniais contemporâneas tanto a partir de visões teóricas, quanto de experiências práticas, no intuito de visualizar bem tais problemáticas e refletir acerca dos fatores que estão dialeticamente a elas associados. Assim, este autor indica que devemos considerar: a ressignificação da “imperialidade”, a redefinição das “dependências” e a continuidade modificada das múltiplas expropriações, sofrimentos e depredações que culminam na usurpação da vida em todas as suas formas em benefício de alguns poucos grupos sociais.

Analisando os conflitos que envolvem territórios indígenas na América Latina e baseados num viés antropológico e sócio-histórico, Alfredo Wagner de Almeida (1994), Edwin Reesink (2010) e Marcel Castro Velásquez (2008) sugerem que se considerarmos que “descolonizar” significa restituir a soberania às populações tradicionais de um território geográfico ou nacional, então podemos dizer que países como latino-americanos como o Brasil, a Bolívia, o Peru e o Equador nunca foram inteiramente descolonizados; já que desde as invasões ibéricas em seus territórios, populações indígenas destes países lutam pelo direito à titularidade da terra que antes lhes pertencera e que fora usurpada pelos colonizadores. Já a partir de um viés mais atual, Freya Schiwy e Nelson Maldonado-Torres (2006) acreditam que não é possível falar sobre “decolonialidade” em países latino-americanos que possuem populações indígenas historicamente marginalizadas (como é o caso da Bolívia, entre outros) sem atentar devidamente para os desafios políticos e epistemológicos que envolvem o amplo processo de “descolonizar” o que é comu-

⁷Segundo Ramón Grosfoguel (2010) e Paulo Henrique Martins (2012), a decolonialidade busca transcender os estados de permanência da colonialidade e a sua “naturalização” epistêmica, trata-se, grosso modo, das formas mais radicais dos debates pós-coloniais. Desde os anos 1990, tais debates vem recebendo críticas por seus supostos excessos de culturalismo, passividades em relação ao eurocentrismo e influências

acríticas e des-historicizadas das teorias pós-estruturais francesas e pós-modernas de origem anglo-saxã.

mente entendido como o “ser” e o “saber” das populações tradicionais. Para estes dois autores, o intuito de “descolonizar” perde seus verdadeiros sentidos (sejam estes políticos, sociais e/ou acadêmicos) quando não consideramos suas problemáticas a partir de um viés crítico que contemple tanto perspectivas sincrônicas quanto anacrônicas; perspectivas estas que, em conjunto, possibilitam uma visão mais conjuntural e menos compartimentalizada das diversas questões políticas (sexistas, de gênero, étnicas, raciais, socioeconômicas, intelectuais, etc.) que circunscrevem qualquer bem fundamentada motivação “descolonizadora” no território latino-americano.

Se por um lado devemos reconhecer que o que podemos chamar de “teorias pós-coloniais latino-americanas” constitui um arcabouço teórico heterogêneo e que atualmente convive com disputas internas⁸, por outro, nos parece que tais teorias apresentam algumas similitudes: particularmente os anseios epistemológicos de questionar os essencialismos, historicizar as desigualdades e contextualizar criticamente as relações de poder e dominação.

Ainda no que tange à violência contra indígenas, resgatamos, a título de elucidação, a tragédia envolvendo o índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo na capital federal por cinco jovens da classe média brasileira. A esse quadro de mortes, percebendo-o agora por um viés mais classista, adicionam-se continuamente os casos reportados em jornais de moradores de rua atacados e também incendiados, enquanto dormem. Também recordamos as tantas chacinas, como a da Candelária, no Rio

de Janeiro, nas quais “a subumanidade de miseráveis” descrita pelo Darcy Ribeiro vem sendo aniquilada de maneira atroz. A “barbárie” descrita pelo autor, nesse aspecto, parece se reproduzir dinamicamente. Os crescentes casos de intolerância política e de violência de gênero (machista e heteronormativa) no Brasil também apontam para isso. Nossas próprias experiências de pesquisa no Brasil como cientistas sociais também apontam para o que podemos chamar de “lógica do menos um”, que é quando segmentos populacionais percebem como algo “positivo” a morte ou tortura de alguém acusado de cometer crimes, já que sua vida não teria nenhum valor, constituindo apenas um número nas estatísticas oficiais da violência no país.

Sobre a violência racial especificamente, recordamos o caso recente de um homem de 29 anos, linchado por moradores do Jardim São Cristóvão, em São Luís, no Maranhão. Segundo a polícia civil, ele havia tentado assaltar um bar, quando foi rendido, amarrado nu em um poste e agredido até a morte com socos, chutes, pedradas e garrafadas (Blog do Sakamoto, 7-7-2015). Mesmo que a Lei Áurea tenha sido assinada em 1888, parte da sociedade brasileira ainda coloca simbolicamente negros no pelourinho para servir de exemplo. Nesse caso, como em vários outros de linchamentos que se espalham no país, foi uma parte da população fazendo “justiça” com as próprias mãos, com requintes de crueldade típicos do processo de formação descrito por Ribeiro, em ações que, comumente, recebem o respaldo de alguns segmentos populacionais.

Nesse aspecto, ficam também visíveis antigas estruturas autoritárias que reforçam os velhos códigos de honra, dado que o sistema legal eficiente e neutro, característicos do estado democrático de direito moderno, ainda não conseguiu se solidificar no Brasil. Após realizar um minucioso estudo de criminologia na sociedade brasileira, Luiza

⁸Por exemplo, quando Ramón Grosfoguel, em entrevistas recentes, acusa Anibal Quijano de promover um “universalismo colonial” e Walter Dignolo de se valer de um “populismo epistêmico”. Para mais detalhes sobre estes conflitos teóricos, ver: <http://www.analectica.org/articulos/mtzandrade-grosfoguel/>. Acesso em 14 de novembro de 2014.

Pinheiro Flauzina (2008), por exemplo, demonstra como a política criminal do Estado atualiza as históricas ações de barbárie e extermínio da população negra e pobre, fatores que impedem rupturas com o passado escravocrata e que também restringem as possibilidades de reconhecimento dos grupos sociais não-brancos como cidadãos com plenos direitos. Segundo Flauzina, o sistema penal brasileiro atuou e continua atuando como produtor e reproduzidor de nossas violentas relações sociais, dando sustentabilidade a uma complexa conjuntura de poder e interesses das elites políticas e econômicas cujas ações sistematizadas são integrantes de um “projeto genocida”. Tudo isso evidencia o aspecto difuso e heterogêneo do “caráter violento” do povo brasileiro, como posto por Ribeiro, aquele que carrega “a cicatriz de torturador impressa na alma”, pronto para explodir na brutalidade. Aqui nos parece que fica evidente a necessidade de uma visão que contemple aspectos sincrônicos e diacrônicos na possível operação epistemológica de “resgate” desta obra de Ribeiro no intento de compreender alguns fatores socioculturais e históricos que circunscrevem as matrizes da violência e do sofrimento na sociedade brasileira⁹.

⁹Ainda sobre o caráter racial da violência, segundo a pesquisa *Participação, Democracia e Racismo* divulgada em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a probabilidade do negro ser vítima de homicídio é oito pontos percentuais maior, mesmo quando se compara indivíduos de escolaridade e características socioeconômicas semelhantes. Ainda segundo o IPEA, a cada três assassinatos, dois são de negros. Por fim, somando-se a população residente nos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, calcula-se que a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos (IPEA). O *genocídio* pautado na raça, descrito por Ribeiro, parece continuar, assim como o “apresamento” característico da escravidão, dado que também a população carcerária, vivendo sob condições subu-

O elemento racial no Brasil é particularmente relevante e foi muito bem problematizado também pelo já citado Florestan Fernandes, que descreveu os impasses do *Negro no mundo dos brancos* (2007), assim como sua dificuldade de integração na sociedade de classes (2008), desconstruindo firmemente a noção de democracia racial. Também Darcy Ribeiro tratara sobre essa noção no Povo Brasileiro. Sobre essa, afirma o autor de forma objetiva:

O espantoso é que os brasileiros, orgulhosos de sua tão proclamada, como falsa, ‘democracia racial’, raramente percebem os profundos abismos que aqui separam os estratos sociais. O mais grave é que esse abismo não conduz a conflitos tendentes a transpô-lo, porque se cristalizam num *modus vivendi* que aparta os ricos dos pobres, como se fossem castas e guetos (RIBEIRO, 1995, p. 24).

Nessa citação, o interessante é que a democracia racial no Brasil está fortemente associada com uma democracia social e classista, o que resgata a ideia de Ribeiro de que os conflitos aqui não são puros, mas entrelaçados. Essa citação escancara também a dificuldade de se transpor nossos abismos sociais, questão trabalhada com afinco, por exemplo, por José de Souza Martins (1999, 2003) e que também apontam para questões polêmicas como as chamadas “políticas afirmativas” ou cotas raciais¹⁰.

Um terceiro aspecto abordado por Ribeiro no que tange à violência no Brasil foi a da repressão e opressão das resistências, ou das tendências ditas como “separatistas”. O apelo à violência fora apontada pelo autor como arma fundamental da classe dominante para a

manas, é composta, sobretudo por negros (Cardoso & Monteiro, 2013).

¹⁰Estas questões são tão complexas que não iremos nos aprofundar nelas neste artigo, apenas lembramos que autores como Hélio Santos, Marcilene Garcia Souza e Karen Sasaki (2013), entre diversos/as outros/as, já refletiram sobre tais questões de maneira coerente e elucidativa.

construção de nossa história. Sobre esse aspecto, também percebemos continuidades, agora, no entanto, postas de maneira sutil, no sentido de que são travestidas mais fortemente de defesa da “ordem democrático-legal”. O caso das discussões sociais e principalmente da criminalização midiática em torno dos “rolezinhos”, fenômeno investigado por Rosana Pinheiro-Machado (2014), é bem elucidativo neste sentido. Para Pinheiro-Machado, os preconceitos contra os pobres no Brasil e, neste contexto social específico de jovens que fazem “rolezinho” por centros comerciais, fazem com que o ato de ir ao shopping se torne político, já que tais jovens estão se apropriando de espaços que a sociedade lhes nega diariamente. Segundo ela, “*a classe média não se reconhece no Outro e sente um distúrbio profundo e perturbador por isso*”. Ou seja, estes fenômenos apontam para um elemento analítico imprescindível: a insensibilidade social de parte significativa das classes médias brasileiras em relação aos sistemáticos processos de segregação que padecem a maioria da população negra e pobre. Isso faz com que os problemas de violência, sofrimento e marginalização que acometem esta população possam até ter sua existência admitida pela maioria destas classes médias, mas não ao ponto de ser reconhecidos como problemas que lhes afetam e que inviabilizam o exercício pleno da cidadania.

Para refletir sobre esse ponto basta-nos recordar as tantas atrocidades ostensivas, “justificadas” pela ação de “baderneiros”, cometidas pela polícia nas manifestações populares recentes – nas *Jornadas de Junho*, por exemplo, só para citar um caso mais pontual (Harvey et al, 2013). Apesar desse disfarce democrático-legal, a truculência característica das forças policiais no Brasil tem comovido inclusive órgãos internacionais, que emitem continuamente notas repúdio à sua atuação, como foi também o caso da Anistia Internacional diante

da reintegração de posse agressiva do Cais José Estelita, no Recife em 2014¹¹. Essa atuação policial arbitrária e violenta contra movimentos sociais contestadores da ordem vigente reafirma aquele caráter de coerção e conservadorismo apresentado por Ribeiro, reinventado nos termos da dita e atual “ordem democrática de direito”.

Considerações Finais

Vê-se, portanto, com essas considerações, que a leitura de Darcy Ribeiro sobre o “atroz processo de faziamento” do Brasil incorre em grande atualidade para pensar vários elementos da configuração contemporânea da violência e do sofrimento no país. O autor nos cede, nesse sentido, uma abordagem cruenta, mas factual e pertinente, inclusive para pensar nuances de nossas barbaridades étnicas e raciais – que o autor coloca como *genocídio* e *etnocídio* –, assim como atrocidades de cunho classista. Se, nesse aspecto, a leitura de Ribeiro nos parece fundamental para entender violência(s) que se travam no país, sobretudo as raízes de uma cultura da violência cruel, discordamos, com base no panorama atual, do desfecho otimista de suas reflexões.

Ao que nos parece e em oposição ao otimismo expresso por Ribeiro, os acontecimentos recentes e sua incansável repetição apontam um possível porvir histórico de pouca mudança, pelo menos a curto prazo. Há um incontável número de crimes de atrocidade seca que se sucedem em ritmo acelerado, assim como padrões bárbaros de vitimização étnica, racial, classista e relativa às dimensões de gênero. Ao contrário do posto pelo autor, não pensamos que esse processo de formação violento, ele mesmo, nos tornará, em algum momen-

¹¹Disponível em: <<http://www.anistia.org.br/direitos-humanos/blog/nota-p%C3%BAblica-anistia-internacional-condena-uso-excessivo-da-for%C3%A7a-pela-pm-na-d>>. Acesso em 29 jul. 2015

to, mais generosos, ou nossas populações oprimidas, nos termos do autor, mais alegres, “porque sofridas”. Discordamos que exista uma tendência maior à generosidade, de modo que tampouco concordamos que no Brasil se trave uma convivência positiva “com todas as raças e culturas”. Para nós, o que nos cabe são “marcas indeléveis” e elementos “traumáticos” que serão dissolvidos apenas com muitos esforços.

De nossa parte, isso nos parece antes um realismo, muito mais que um pessimismo; já que busca antes ressaltar o tamanho dos desafios que se colocam, do que determinar de maneira “apriorística” nossa suposta incapacidade de transpô-los. Se os tempos são, como afirmamos a princípio, de muita transformação, há permanências incrustadas que precisamos combater com firmeza, (re)pensando, como também já posto, “os caminhos e descaminhos” da nossa sociedade, assim como seus rumos, tanto os possíveis, como – sobretudo – os desejados.

Nesse sentido, as preocupações e maneira de interpretar o Brasil trazidas por Darcy Ribeiro podem se traduzir em agendas de reflexões mais profundas sobre as alterações e as permanências dessas dimensões da cultura da violência e da insensibilidade ao sofrimento alheio na sociedade brasileira. Tais reflexões podem, também e certamente, auxiliar a encontrar caminhos promissores para alterá-la. Como bem colocou Miglievich (2011a, p. 26): “daí que o pensamento social contém um *gêrmen* de criatividade social de consequências férteis a se desenvolver ou não, capaz de atuar no incremento de uma cosmovisão capaz de se opor ao *status quo*”.

Diante dos dados que apresentamos ao longo do artigo, foi possível perceber como, desde reflexividades críticas como as que circunscrevem as teorias pós-coloniais latino-americanas, a clássica obra “Raízes do Brasil” de

Darcy Ribeiro pode contribuir para pensar as matrizes históricas e as configurações contemporâneas da violência e do sofrimento na complexa e diversificada sociedade brasileira. Um último ponto que gostaríamos de salientar é que o chamado *neoliberalismo social* e os *pactos conservadores* (Singer, 2012) que pautaram boa parte das políticas sociais governamentais em suas variadas esferas desde o início deste século até os dias atuais, acentuaram significativamente em diversos segmentos da população brasileira a internalização inconsciente da noção de *capitalismo de consumo* (Trumbull, 2008), isto é, a (equivocada) percepção de que ter acesso a determinados bens de consumo constituiria ter acesso à “cidadania”.

Este fenômeno cultural e socioeconômico dinamiza e reveste de novas e complexas matizes as históricas (e, como vimos, em muitos casos violentas e desiguais) cosmologias raciais, de classe e de gênero que subsidiam as relações de alteridade através das quais os diversos grupos sociais que compõem o “povo” brasileiro se relacionam uns com os outros. Enquanto os direitos de cidadania não forem universalizados na sociedade brasileira e enquanto as lógicas mercadológicas e neoliberais adquirirem mais respaldo jurídico e, consequentemente, mais legitimidade do que os movimentos sociais, os horizontes não vislumbram padrões de maior igualdade, tampouco de justiça social. Mas acreditamos que ao invés de desânimos ou apatias, tais cenários provocam e exigem sim que não nos omitamos das nossas responsabilidades sociais. Tais ações (que já foram iniciadas por outras/os cientistas sociais) remetem, na nossa opinião, a um maior engajamento social (fundamentalmente simétrico) e uma maior participação política: não necessariamente no sentido tradicional do termo (de vinculação partidária, governamental e/ou sindical), mas, sobretudo, no sentido de posicio-

namento crítico face às realidades sociais. Apenas movidos por ações neste sentido é que as especificidades do povo brasileiro, tão bem refletidas historicamente por Darcy Ribeiro, constituirão horizontes factíveis, não apenas utópicos e nos quais os direitos humanos serão efetivamente coletivizados e não continuarão restringidos às esferas do indivíduo.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey. *A importância dos clássicos*. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *Cara-jás: a Guerra dos Mapas*. Belém: Falanga, 1994.

BASTOS, Elide Rugai. *Ciências sociais e trabalho intelectual*. Tempo soc.[online]. 2002, vol.14, n.2, pp. 209-212.

BLOG DO SAKAMOTO. *Mais uma pessoa amarrada num poste. Mais um linchamento*. Acesso em 28 jul. 2015. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/07/07/mais-uma-pessoa-amarrada-em-poste-mais-um-linchamento/>

CARDOSO, Gabriela Ribeiro & MONTEIRO, Felipe Mattos. *A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno*. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 1, jan-abr. 2013 (pp. 93-117).

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 13^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DIMENSTEIN, Gilberto. *O cidadão de papel*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* Rio de Janeiro, Editora Globo, 2006.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Global, v.2, 2008.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2008.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2001.

HARVEY, David et all. *Cidades Rebeldes*. Ed. 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GROSGOUEL, Ramón. “Interculturalidad ¿diálogo o monólogo?: la subalternidad desde la colonialidad del poder en los procesos fronterizos y transculturales latinoamericanos”, en Mario Campaña (ed.) *América Latina: los próximos 200 años*. Barcelona: CECAL, 2010.

IPEA. *Participação, Democracia e Racismo*. 2013. Acesso em 28 jul. 2015. Acessível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20248

KLEINMAN, Arthur and KLEINMAN, Joan. (1997). “The appeal of experience; the dismay of images: cultural appropriations of suffering in our times”, In *Social suffering*. Berkeley: University of California Press.

MARTINS, Paulo Henrique. La crítica anti-utilitarista en el Norte y su importancia para el avance del pensamiento poscolonial en las sociedades del Sur. *Política & Sociedade*, 2(10): 111-132, 2011.

- MARTINS, Paulo Henrique. *La decolonialidad de América Latina y la heterotopia de una comunidad de destino solidaria*. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2012.
- MARTINS, José de Souza. *Prefácio à quinta edição*. In: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Editora Globo, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus. Coleção Temas da Atualidade, 1997.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo / Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MIGLIEVICH, Adelia. *Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica*. Revista Sociedade e Estado. Vol.26, n.2, 2011a, pp. 23-49.
- MIGLIEVICH, Adelia. *A crítica pós-colonial a partir de Darcy Ribeiro: uma releitura de O Povo Brasileiro*. Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-coloniais. Vol. 1, n. 1, jan-jun, 2011b, pp. 134-146.
- MIGLIEVICH, Adelia. *A antropologia dialética de Darcy Ribeiro em O povo brasileiro*. Revista Sociedade e Estado. Vol. 26, n. 2, maio-agos, 2011c (pp. 23-49).
- MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007
- QUIJANO, Anibal. *Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America*. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2000.
- PELLEGRINI, Tânia. *No fio da navalha: literatura e violência no Brasil de hoje*. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº 24. Brasília, julho-dezembro de 2004, pp. 15-34.
- PELLEGRINI, Tânia. *As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea*. Crítica Marxista, Rio de Janeiro, v. 00, p. 132-153, 2005.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Etnografia do "rolezinho"*. Acessado em 09/12/2014. Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/etnografia-do-201crolezinho201d-8104.html>.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- REESINK, Edwin. *Allegories of Wildness. Three Nambikwara ethnohistories of sociocultural and linguistic change and continuity*. Amsterdam: Dutch University Press, 2010.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 195.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conocer desde el Sur: Para una cultura política emancipatoria*. La Paz: Plural Editores, 2008.
- SANTOS, Hélio, SOUZA, Marcilene Garcia; SASAKI, Karen. *O subproduto social advindo das cotas raciais na educação superior do Brasil*. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.*, Ago, vol.94, no.237, p.542-563, 2013.
- SCHIWY, Freya y MALDONADO-TORRES, Nelson. *Descolonialidad del Ser y del Saber (Videos Indigenas y Los Limites Coloniales de La Izquierda) en Bolivia*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TRUMBULL, Gunnar. *Consumer Capitalism: Politics, Product Markets, and Firm Strategy in France and Germany*. Cornell: Cornell University Press, 2008.

VELÁSQUEZ CASTRO, Marcel. Las promesas del proyecto decolonial o las cadenas de la esperanza. En: *Crítica y*

emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

VELOSO, Mariza e TAVOLARO, Sergio B. F. *Apresentação*. Soc. estado. [online]. 2011, vol.26, n.2, pp. 1-8.

Abstract: This article aims to investigate some socio-historical arrays of violence and suffering in social formation of Brazil in order to analyze the limits and possibilities that the classic work "The Brazilian people" from Darcy Ribeiro can offer towards understanding the conjuncture of violence that suffers the Brazilian society from colonial times to the contemporary. Besides bespeak the pertinence, discontinuities and weaknesses of Ribeiro's theory, we add a little of the theoretical apparatus of Latin American postcolonial theories in order to discern to what extent the epistemological subsidies provided by Ribeiro in this his classic work can be concatenated to reflective concerns of theorists such as Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo and Ramon Grosfoguel. Finally, the article offers some analytical perspectives on how the revisiting this classic work of Brazilian social sciences (as well as others) can be profitable as long as their "rescue" is circumscribed by a hermeneutic that consider both synchronous as diachronic aspects, and also by critical reflexivities. **Keywords:** violence, suffering, Darcy Ribeiro, postcoloniality